

POLÍTICA

Uma dissidência na Comissão Arinos

O empresário Sérgio Quintela criticou ontem a ordem econômica prevista no anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, dizendo que o seu texto "discrimina o capital e aumenta excessivamente a intervenção do Estado na economia", em voto em separado que será entregue oficialmente hoje ao presidente Sarney, junto com o documento final da Comissão de Notáveis, em cerimônia no Palácio do Planalto.

As críticas foram feitas na última reunião formal da comissão, realizada na reitoria da Universidade de Brasília, UnB, que contou com a participação de apenas 25 dos seus 50 membros. Sérgio Quintela salientou que o capítulo da ordem econômica da proposta privilegia o social, "o que considero justo, mas discrimina o capital, ainda que nacional, reprimindo a acumulação de capital, independente da forma de sua obtenção e da sua destinação". O texto apresentado, segundo ele, coloca a iniciativa privada sob a tutela do Estado. O empresário informou que pretende ficar contra esse preceito e lutar pela sua modificação na futura Assembleia Nacional Constituinte.

Coube ao sociólogo Hélio Jaguaribe a

defesa da proposta da comissão, observando que o que se pretende é introduzir no Brasil o que vem sendo feito nos países mais adiantados do mundo, ou seja, "uma economia de mercado socialmente regulada, entregando-se à iniciativa privada a responsabilidade de produzir riquezas e de promover o desenvolvimento, com a justa remuneração do capital, mas deixando à supervisão do Estado democrático a distribuição do excedente". Com isso, segundo Jaguaribe, "chegaremos a um sistema de mercado livre, porém de destinação social, voltado para a distribuição do bem-estar entre todos os cidadãos".

No final, o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, justificou as opiniões divergentes dos integrantes da Comissão, afirmando que não houve "adesão" ao anteprojeto, mas apenas a sua aceitação pela maioria dos notáveis, como forma de contribuição à futura constituinte.

Os demais membros limitaram-se a ressaltar o espírito democrático e o clima de companheirismo durante o período de trabalho da Comissão. O ex-senador Mário Martins salientou que o resultado final "re-

O empresário e notável Sérgio Quintela, em voto separado, critica o estatismo e o anticapitalismo do anteprojeto.



bate as críticas que recebemos ao longo desse ano, quando nos acusavam de elitistas e colocavam sob suspeição o nosso discernimento social. Mostramos um trabalho não utópico, mas um realismo com imaginação", disse. Ferro Costa ressaltou, por sua vez, que o anteprojeto restabeleceu os direitos sociais da constituição. "Esquecidos no decorrer dos governos autoritários." Já o presidente do Dieese, Walter Barelli, destacou a representatividade da Comissão, lem-

brando que todos os segmentos sociais foram ouvidos, mesmo aqueles que não estavam representados entre os notáveis, como os índios e os agricultores, que participaram através de sugestões acolhidas no texto final.

O clima de festa da última reunião foi quebrado apenas pelo ex-secretário-geral, Ney Prado — que renunciou ao cargo, no início deste mês, por discordar do tratamento dado às Forças Armadas no anteprojeto —, que pediu a palavra para ler o relatório final das suas atividades, logo após a leitura de relatório semelhante apresentado pelo secretário-executivo da Comissão, Mauro Santayana. O constrangimento não foi maior porque o professor Afonso Arinos permitiu a leitura, explicando que não lhe havia franqueado a palavra em razão da sua renúncia.

De São Paulo, o prefeito Jânio Quadros enviou telex ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, manifestando sua apreensão com o anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória, principalmente no que se refere à proposta de desmembramento do Supremo Tribunal Federal e às eventuais alterações

na Lei Orgânica da Magistratura. Entende o prefeito que o Supremo seria transformado em colégio diversificado, o "que perturba a exegese da lei, se não ampliá-lo para que se converta em pequena Assembléia". E Jânio acrescenta: "O estatuto tem ranços ditatoriais e só poderia ser revisto por uma comissão de magistrados, com ampla representação de desembargadores das várias regiões do País".

Constituinte de 46

Ao recordar ontem os 40 anos da Constituição de 46, o professor Afonso Arinos salientou que aquela Carta foi fruto de movimento do pós-guerra, que resultou nas Constituições italianas e alemã, de espírito democrático e liberal.

Ele lembrou, ainda, que a Constituição de 46 não foi precedida de um anteprojeto, como ocorreu com as demais Constituições brasileiras, "mas de um movimento organizado entre os próprios constituintes, em atendimento ao espírito de mudanças da época". Por isso, na sua opinião, a Carta de 46 foi mais sugestiva que substantiva. "Ela teve espírito sugestivo, daí, talvez, a sua maior liberalidade", explicou.

A FEB e a Constituição

No dia 18 de setembro de 1946 foi solenemente promulgada a Constituição Federal elaborada pela Assembleia Constituinte eleita após a queda da ditadura de Getúlio Vargas. A Carta constitucional de 1946, marco definitivo da redemocratização do País, está muito ligada à Força Expedicionária Brasileira, pois o regresso dos pracinhas determinou o fim do regime ditatorial, sendo esta a primeira consequência de relevo da nossa participação na 2ª Guerra Mundial. Por isso, numa significativa homenagem à FEB, os

constituintes de 1946 escolheram, para promulgar a nova Constituição, o dia 18 de setembro, data da tomada de Camaiore, que foi a primeira vitória expressiva, de efeitos táticos importantes, dos brasileiros na Campanha da Itália.

De fato, em setembro de 1944, as tropas norte-americanas que tinham conseguido atravessar o rio Arno, vinham sofrendo duros contra-ataques dos alemães que as faziam refluir com pesadas baixas. No flanco, em local montanhoso de difícil acesso, destaca-

va-se a cidade de Camaiore, cuja conquista viria a ameaçar o dispositivo alemão e assim aliviaria a pressão sobre os norte-americanos.

O general Mark Clark, comandante do 5º Exército, atribuiu essa missão aos brasileiros, que já tinham substituído tropas norte-americanas ao norte de Pisa. O difícil acesso a Camaiore não comportava grande efetivo. Desta forma, foi constituído um pequeno grupamento especial, equivalente a uma Companhia reforçada, entregue ao comando do ca-

pitão Ernani Ayrosa da Silva, comandante da 2ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria (de Caçapava). Contava ainda com um pelotão de tanques norte-americanos, que não puderam completar o percurso devido à ação da artilharia alemã e ao acidentado do terreno.

Com engenhosidade, audácia, iniciativa e improvisação, o grupamento brasileiro conseguiu surpreender os alemães e ocupar Camaiore, onde, apesar de isolados durante dois dias, mantiveram as posições e a seguir com-

pletaram a manobra com a conquista de Monte Prano.

A conquista de Camaiore teve grande efeito no curso da ofensiva do 5º Exército, sendo muito elogiada pelo seu legendário comandante, levando-o a condecorar o capitão Ayrosa, primeiro expedicionário brasileiro a ser assim distinguido que, também, em 18 de setembro de 1946, foi convidado especial na solenidade de promulgação da Constituição.

Henrique Rosa de Medeiros